

A difícil relação da mídia com o Serviço Social

Jornalistas revelam o que pensam sobre os assistentes sociais

Depoimentos de cinco profissionais da imprensa demonstram que a imagem do Serviço Social ainda é cercada de preconceitos e ligada à prática do assistencialismo. O desconhecimento das habilidades do assistente social não permite que haja espaço nos veículos de comunicação para que esses profissionais possam opinar em matérias pertinentes a sua área de atuação. Os jornalistas da TVE mostram que a parceria entre o Conselho Regional 7ª Região e o programa da emissora "Pensando em Você" foi fundamental para esclarecer melhor o papel do Serviço Social não só para a sociedade, mas para toda a equipe. A matéria reforça a importância de dar maior visibilidade ao Serviço Social. Diretores do Cress (RJ) e do CFESS apontam estratégias para aprimorar a política de comunicação dentro do conjunto.

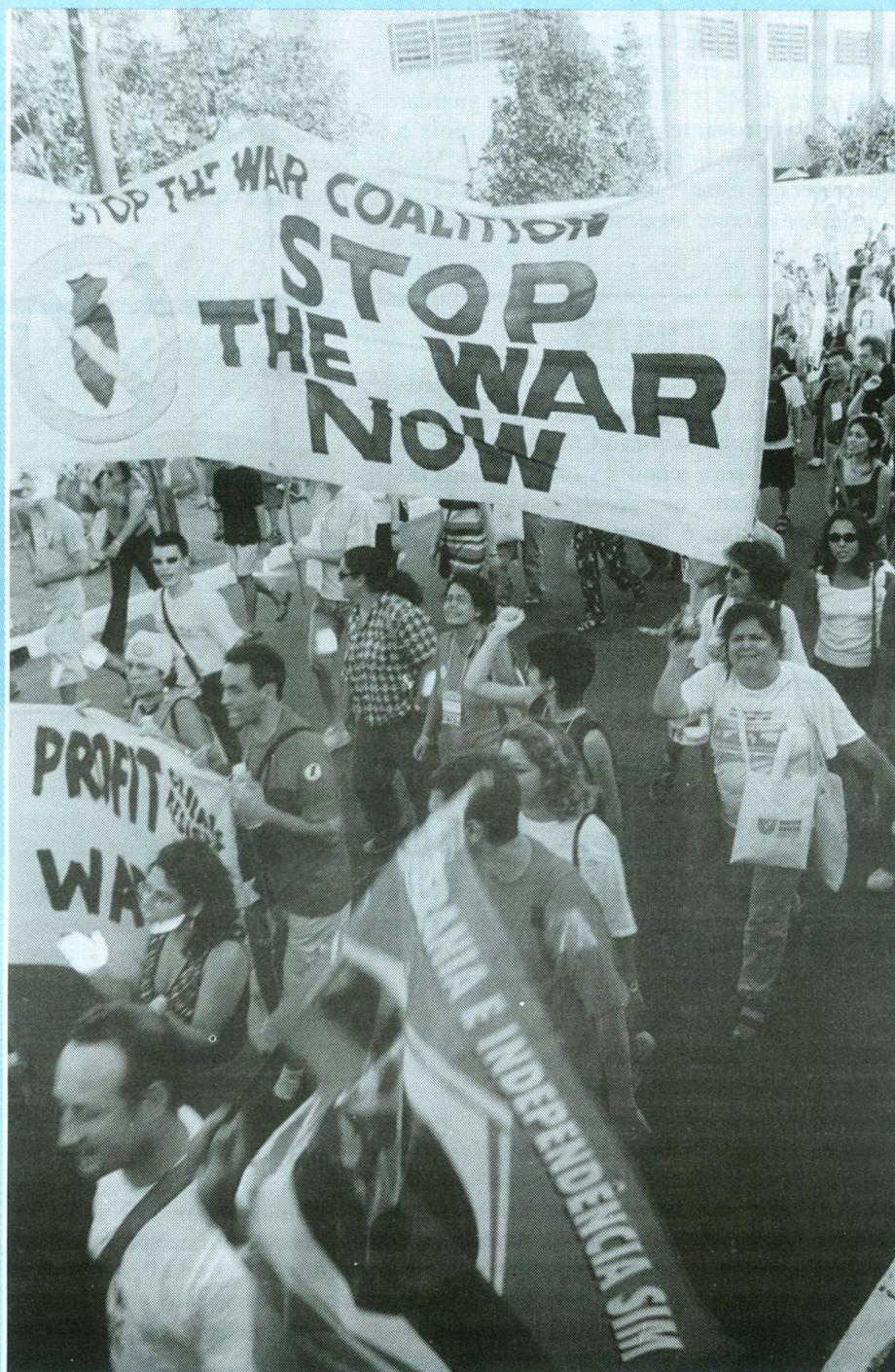


FOTO: ADRIANA MEDEROS

A maior delegação estrangeira no Fórum era a dos EUA

Fórum Social Mundial é marcado por manifestações contra a guerra

Com o slogan "Um outro mundo é possível e absolutamente necessário" e munidos do banner "Desigualdade se combate com direitos", assistentes sociais se destacaram nas manifestações durante o III Fórum Social Mundial. O Cress 7ª Região enviou dois delegados, Rosely Lorenzato e Jefferson Ruiz, que fazem um relato da importância de se participar de um evento como esse. É importante registrar que o CFESS montou um estande e distribuiu folders e adesivos, contribuindo para o aumento da visibilidade da categoria.

2 COTA ÚNICA

Pague com desconto a anuidade do conselho

3 SAÚDE

Documento pode garantir mais qualidade nos serviços

7 ARTIGO

Assistente social faz análise do ato infracional entre os adolescentes

6 CURSO

Uerj oferece capacitação para os profissionais da saúde

EDITORIAL

Paz. Estamos vivendo um momento em que o mundo se mobiliza contra a guerra que os Estados Unidos estão impondo ao Iraque. No dia 15 de fevereiro, cerca de nove milhões de pessoas fizeram manifestações nas principais cidades do mundo com o objetivo de sensibilizar o presidente norte-americano, mostrando que os povos querem paz. Esse movimento contra a militarização e contra a guerra foi um dos principais temas debatidos no último Fórum Social Mundial (FSM) realizado em Porto Alegre. Na página oito, os delegados do Cress 7ª Região revelam a importância de participar de um evento como esse e destacam várias atividades promovidas pelo CFESS durante o FSM. Além do estande montado pelo Conselho Federal especialmente para o fórum, foram distribuídos adesivos e folders apresentando para a sociedade as propostas do conjunto CFESS/Cress. E o banner "Desigualdade se combate com direitos" chamou a atenção durante as passeatas dando maior visibilidade para o Serviço Social.

A matéria das páginas centrais desta edição, Mídia e Serviço Social, mostra que precisamos, cada vez mais, promover a visibilidade da nossa categoria. Profissionais da imprensa ainda desconhecem nossa capacitação para opinar e apontar alternativas na área social. O texto revela que a imagem do assistente social ainda está diretamente ligada ao assistencialismo. Mudamos, mas precisamos mostrar para a sociedade que mudamos. Não há dúvidas de que o momento para fazer isso é agora, já que um governo democrático-popular assumiu o poder e está abrindo espaço para as questões sociais. Por isso mesmo, o conjunto CFESS/Cress está investindo ainda mais na política de comunicação, pois acreditamos que temos muito a contribuir para um mundo com menos desigualdades sociais, e precisamos mostrar isso. O Conselho conta com a participação de todos os assistentes sociais para entrarem em uma campanha pela visibilidade do Serviço Social. Aproveitamos para anunciar uma série de reportagens, nos próximos Práxis, sobre como os diversos segmentos sociais percebem nossa profissão. Estamos certos de que "Um novo mundo é possível e absolutamente necessário".

A Diretoria

INFORMES

DESCONTO NA ANUIDADE

Dia 5 de abril termina o prazo para o pagamento da cota única, com desconto, da anuidade do profissional de Serviço Social. O valor da anuidade, o mesmo cobrado nos dois últimos anos, é de R\$ 169,17. Até o dia 7 de março, o desconto é de 10% e o valor fica em R\$152,25 e até o dia 5 de abril, o desconto é de 5% e fica em R\$ 160,71. O assistente social também pode optar pelo parcelamento em até cinco vezes sem juros no valor de R\$ 33,83. Não deixe de guardar seus comprovantes de pagamento, pois a anuidade deve ser anotada na carteira. Vale lembrar que estar regularizado junto ao Cress significa exercer legalmente a profissão

CICLO DE DEBATES

A Comissão de Estudos de Uso de Álcool e Outras Drogas do Cress 7ª Região está promovendo junto com a COEAD um Ciclo de Debates para o ano de 2003. O tema do primeiro debate, que acontece no dia 31 de março, às 10h, é "Drogas e Violência na Contemporaneidade". A presença do deputado Federal Antônio Carlos Biscaia no evento já está confirmada. As vagas são limitadas. As inscrições podem ser feitas através do telefone 2240 1727 Ramal 4 ou pelo e-mail secretaria2@cressrj.org.br

COMISSÃO SOCIOJURÍDICA

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) aprovou o Parecer Jurídico 23/02 que trata da "admissibilidade, ou não, da participação do assistente social como perito do Tribunal de Justiça, em audiências como testemunha e em processos que atuaram e ofereceram laudo técnico".

Os interessados podem adquirir cópias do documento na sede do Cress ou com os integrantes da Comissão Sociojurídica. Essa Comissão, que tem se reunido quinzenalmente no Conselho, está organizando reuniões abertas à categoria nos dias 14 de março e 9 de maio, às 14h, em local a confirmar. Participe! A Comissão Sociojurídica é formada pelas assistentes sociais Márcia Canena, Mônica Vicente da Silva, Marli dos Santos, Miriam de Souza Silva, Rita Queiroz, Carmem Nunes da Silva, Helaine Piorotti, Cássia Coletti, Neide Aparecida Silva, Maria Xavier Neto dos Santos, Newvone da Costa, Márcia Nogueira da Silva, Andreia Pequeno, Luciene da Rocha, Hilda Correa e Tânia Dahmer.

Reflexão

Sou enfermeira e tive acesso ao jornal do Conselho de Serviço Social, onde tive a oportunidade de ler o artigo do conselheiro Rodrigo Silva, que gostei muito. Apesar de não ser assistente social, e o título recomendar os filmes "Cidade de Deus" e "Ônibus 174" para esses profissionais, acho que todas as categorias deveriam assistir. Só tomando consciência de nossa realidade poderemos transformar essa sociedade. Artigos como esse nos faz refletir e mostra que o cinema pode dar muito além do que uma simples diversão. Parabéns ao Conselho. Arlete Garcia

CARTAS



Ações do Cress

O Cress 7ª Região vem buscando, cada vez mais, aprimorar as ações no que diz respeito às legislações sociais e também às legislações que dizem respeito ao exercício profissional do assistente social. Para isso, elaborou um projeto de ação denominado "O Conselho Regional de Serviço Social/RJ e a relação com o Parlamento", que tem como objetivo apurar, organizar dados e possibilitar retorno às diversas esferas legislativas consultadas sobre as legislações sociais existentes para os segmentos da sociedade, bem como as que envolvem o exercício profissional de assistentes sociais nos municípios e estados, na perspectiva de universalizar os direitos sociais e a políticas públicas desenvolvidas pelos governos.

A intenção do Cress é que este projeto possa subsidiar a ação e o posicionamento crítico do Conselho em relação às esferas legislativas envolvidas,

e mobilize a categoria e os movimentos sociais parceiros no exercício da sua cidadania no que tange a elaboração, acompanhamento e aprovação de iniciativas de lei que possam atender às necessidades da população e ao exercício adequado do Serviço Social.

A direção do Cress enviou, no dia 21 de janeiro, um ofício (nº 011/03) para todas as Câmaras Municipais do Estado do Rio de Janeiro solicitando as informações, até dia 10 de março, para que se possa implementar essa ação, que visa contribuir para a qualificação das relações entre esta entidade e o poder legislativo do Estado.

Conselhos de Diretos e Políticas

O Cress (RJ) também tem se esforçado para aprimorar o acompanhamento da presença e atuação dos assistentes sociais

nos Conselhos de Direitos e Políticas no Estado do Rio de Janeiro, sejam eles de âmbito municipal ou estadual. Por isso, o Cress pretende lançar em maio/2003 um projeto de acompanhamento, qualificação e troca de experiência entre os profissionais desta categoria, visando à valorização dos espaços destes Conselhos, que são importantes instrumentos de debates e deliberação sobre as políticas públicas implementadas pelas diferentes esferas do governo.

Foi enviado, no dia 21 de janeiro pela direção do Cress um ofício (010/2003) para todas as Prefeituras Municipais do Estado do Rio solicitando informações, até o dia 10 de março, que possibilitem esta ação do Cress contribuir para a qualificação dos debates e quaisquer outras atividades promovidas pelos Conselhos de Direitos e Políticas do Estado do Rio.

Os assistentes sociais podem e devem acompanhar esses processos, contribuindo para o sucesso dessas ações.

EXPEDIENTE

PRÁXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO - JUNHO / 2002

Presidente: Hilda Corrêa de Oliveira
Vice-Presidente: Mavi Pacheco Rodrigues
1ª Secretária: Rosely Reis Lorenzato
2ª Secretária: Marcio Eduardo Brotto
1ª Tesoureira: Vera Maria Ferreira Santos
2ª Tesoureira: Marinete Cordeiro Moreira

Suplentes: Andreia Cristina Alves Pequeno, Renato dos Santos Veloso, Rodrigo Silva Lima, Elisabete Amorim Leandro, Fátima Valéria Souza e Claudete Jesus de Oliveira

Conselho Fiscal: Eliziane Oliva Dourado, Magali da Silva Almeida e Sandra Regina do Carmo - Suplentes: Italuana Guimarães Rosário, Tânia Maria Dahmer Pereira e Luciene da Rocha

Comissão de Comunicação: Marcio Eduardo Brotto, Renato dos Santos Veloso e Rodrigo Silva Lima.

Norte e Nordeste Fluminense - Delegado: Leonardo Marques Pessanha; Tesoureira: Junia de Souza Elias; Secretário: Surana Fonseca Monteiro. Suplentes: Marcelo Barbosa Carvalho, Mauci Isabel dos Santos e Tânia Elizabete Gonçalves

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro

Telefax: (22) 2723-9464

Sul Fluminense - Delegado: Ariane Rego de Paiva; Tesoureira: Angela Amélia Chaves de Sá; Secretário: Eliane Coimbra Farhat. Suplentes: Luciana Adriele do Nascimento, Cristiane Valéria da Silva Barvelo e Helenice Pereira Melo de Almeida

Rua 25-A, 23 s/802, Vila Sta. Cecília - CEP 27261-050

Telefax: (24) 342-6886

Jornalista Responsável:

Cecilia Contente (MTB/RJ 17.232)
Projeto Gráfico e Diagramação: Virginia Aôr (MTB/RJ 18.588)
Ilustração: Carlos D
Impressão: Tipológica
Tiragem: 8.000 exemplares

Rua México, 41, grupos 1203-1205
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-144

Telefax: (21) 2240-1727 / 3627 / 0822

e-mail: cressrj.ascom@apic.com.br

ANOTE

É importante que os assistentes sociais manifestem suas opiniões e críticas ao Cress. Para isso, criamos a seção de cartas, como estímulo a maior interatividade. Participe!

Comissão constrói projeto para reestruturação do Serviço Social nos Hospitais Gerais e de Emergência da cidade do Rio de Janeiro

A Comissão de Serviço Social dos hospitais gerais e de emergência da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro está construindo um projeto de intervenção com a assessoria da professora da Uerj e assistente social, Ana Vasconcelos. A Comissão criada em 2001, em decorrência das demandas dos assistentes sociais desses locais de trabalho, discutiu semanalmente durante todo esse período e está apresentando para a categoria o resultado desse trabalho para que seja discutido com todos os profissionais da área de saúde.

De acordo com Ana Vasconcelos, a idéia é lançar o projeto em maio, que é o mês do assistente social. Ela aproveita para divulgar as próximas reuniões, abertas a todos os interessados, nos dias 13 de março e 3 de abril, de 9h30min às 13h, no auditório do Cress 7ª Região.

Atenção integral

A proposta de trabalho tem como objetivo dar início a um processo de discussão para a elaboração de orientações básicas a serem discutidas com assistentes sociais da rede, chefia dos hospitais gerais e de emergência e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), para definir referências centrais e mínimas no sentido de possibilitar uma unidade de atuação do Serviço Social nas diferentes unidades de saúde, definindo ainda, a forma de relação entre estas unidades, as demais unidades de Saúde da SMS, as áreas programáticas e regiões, as demais profissões de saúde e o Serviço Social das Secretarias Municipais objetivando responder as exigências da articulação de ações na atenção integral à saúde da população carioca.

Principais demandas

A constituição de 1988 colocou algumas demandas de redirecionamento da política de saúde e, com isso, os assistentes sociais e demais profissionais da área precisaram definir uma pauta única que servisse de referência para a realização das ações de saúde na direção dos

interesses dos usuários, a partir do que está assegurado na própria Constituição e na Lei Orgânica do Município: saúde enquanto direito do cidadão e dever do Estado, e conforme os códigos de ética dos profissionais de saúde.

A principais demandas que provocaram a necessidade de articulação dos assistentes sociais das diferentes unidades são: a criação e regulamentação, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, do Sistema Municipal de Assistência Social (SIMAS) que congregará de forma operacional, todas as políticas públicas, propagadora dos direitos sociais elementares; as resoluções da Prefeitura sobre a participação do assistente social na assistência funeral; a solicitação de alguns diretores para participação do Serviço Social na atuação na porta de entrada dos hospitais; a municipalização de unidades ambulatoriais e alguns hospitais federais.

Elaboração

Para elaborar o documento, que está a disposição na sede do Cress, as integrantes do grupo que compõe a Comissão de Serviço Social dos hospitais gerais e de emergência tomaram como referência a Constituição de 1988, a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080), as NOBS – 1992, 1993, 1996, as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde, NOAS (Norma Operacional de Assistência à Saúde), a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, os Códigos de Ética dos profissionais de saúde, em especial, do assistente social e a Lei de Regulamentação da profissão de assistente social no 8662/93.

Resultados Concretos

Ana Vasconcelos revela que as reuniões do grupo já tiveram resultados concretos, pois a primeira parte já foi discutida e rendeu produtos como cartilhas e resolução sobre o óbito. Ela enfatiza que essas discussões vão esclarecer melhor a relação do Serviço Social com os diretores das unidades de saúde, que são os empregadores e ainda não sabem exatamente o papel do assistente social e não raramente relegam o profissional a um papel de “apagador de incêndio” nas entradas dos hospitais. É preciso lembrar ainda, ressalta Ana, que o principal beneficiado será o usuário que poderá usufruir do planejamento e a conseqüente melhora dos serviços. Ela alerta que quanto mais profissionais participarem dessa discussão, mais chances terá do documento refletir as reais necessidades da categoria.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. Referências e Pressupostos Básicos
 - 1.1. Quanto aos direitos sociais
 - 1.2. Quanto à saúde e ao Sistema Único de Saúde (SUS)
 - 1.3. Quanto à Assistência Social (LOAS)
 - 1.4. Quanto ao Serviço Social
2. Demandas historicamente dirigidas ao Serviço Social
 - 2.1. Demandas comuns dos usuários
 - 2.2. Demandas comuns dos demais profissionais de saúde/serviços
 - 2.3. Demandas comuns da unidade/direção
3. Demandas historicamente dirigidas ao Serviço Social: Estratégias de atendimento e ações realizadas
 - 3.1. Demandas comuns dos usuários
 - 3.2. Demandas comuns da unidade/direção
 - 3.3. Demandas comuns dos demais profissionais de saúde/serviços
4. Questões relevantes no cotidiano das unidades de saúde do Município do Rio de Janeiro determinantes e condicionantes da prática na saúde.
5. Diretrizes e Objetivos
 - 5.1. Diretrizes
 - 5.2. Objetivos
6. Ações necessárias a serem realizadas pelos assistentes sociais nos Hospitais com Emergência, necessárias ao atendimento dos usuários, de forma interdisciplinar e em articulação com a rede de saúde do município e com os Conselhos de Política e de Direitos.
 - 6.1. No âmbito do Hospital
 - 6.2. Nas enfermarias
 - 6.3. Na atenção ambulatorial
 - 6.4. No âmbito da recepção integrada – Porta de Entrada
 - 6.5. No Pronto Socorro – Pronto Atendimento –
 - 6.6. Emergência
 - 6.7. No Plantão do Serviço Social
 - 6.8. Na relação com as demais unidades de saúde
 - 6.9. Na relação com os recursos comunitários e institucionais
 - 6.10. No âmbito do controle social e na relação dos Conselhos de Política e de Direitos
7. A Chefia do Serviço Social
8. Recursos Materiais e Humanos necessários
9. Instrumentos utilizados
10. Demandas dirigidas ao Serviço Social: Estratégias de enfrentamento e ações necessárias
 - 10.1. Demandas comuns dos usuários
 - 10.2. Demandas comuns da unidade/direção
 - 10.3. Demandas comuns dos demais profissionais de saúde/serviços

Mídia e Serviço Social

A A imagem do assistente social ainda está diretamente ligada ao assistencialismo, apesar de todas as mudanças que a categoria sofreu nas últimas décadas, desde o surgimento da profissão no início dos anos 40. A ideia do “bonzinho”, do profissional que está pronto para ajudar e minimizar conflitos entre patrões e trabalhadores ainda prevalece no imaginário daqueles que trabalham nos órgãos de imprensa, mesmo da imprensa chamada alternativa, ligada a sindicatos, partidos e ao movimento social organizado. Essa é a conclusão dos depoimentos de cinco jornalistas para o jornal Práxis.

De acordo com o redator do jornal O Globo, Milton Calmon, o primeiro pensamento que lhe vem à cabeça quando se fala em Serviço Social é o trabalho em favela e em comunidades carentes. Ele admite que não sabe exatamente o que o assistente social faz, como atua e em que situações está habilitado a dar opiniões. O redator avalia que os profissionais de Serviço Social não são representativos e não aparecem. Ele acusa a categoria de ser corporativa, por produzir publicações muito voltadas para a sua própria área.

Ao ser perguntado se na cobertura de uma matéria sobre uma tragédia em uma favela, com quedas de barracos durante um temporal, por exemplo, não seria interessante ouvir a opinião de um assistente social, que trabalha e vive o problema dessa comunidade com toda a dimensão das causas e conseqüências, Milton revelou que “jornalisticamente” não interessa. Nes-

se caso, o jornal opta por ouvir depoimentos de autoridades, da própria comunidade e, se possível, no caso de haver espaço, se ouve algum técnico, normalmente arquiteto ou engenheiro, para saber sobre estruturas, perigo das construções em encostas entre outras. A ordem é essa, pois é preciso responsabilizar alguma autoridade e registrar as perdas humanas na tragédia.

O redator de O Globo, no entanto, teceu vários elogios ao Serviço Social da empresa que trabalha. “Quando precisei, de internação em hospitais públicos para pessoas da família fui atendido prontamente por essas profissionais, assim como informações sobre acesso a medicamentos. Vejo o assistente social como um apoio para ajudar as pessoas”, diz.

Más recordações

A jornalista da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Claudia Santiago, teve a oportunidade de trabalhar junto ao Cress 7ª Região na edição da Colêânea de Leis e Resoluções/Assistente Social: ética e direitos. Ela também participou da cobertura e divulgação do 10º CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais). Mas não hesita em confessar que antes desse contato tinha uma imagem do Serviço Social ligada ao assistencialismo.

Claudia, que é militante política há mais de vinte anos, lembra de uma situação em que em pleno Dia do Trabalhador, a equipe de Serviço Social de uma

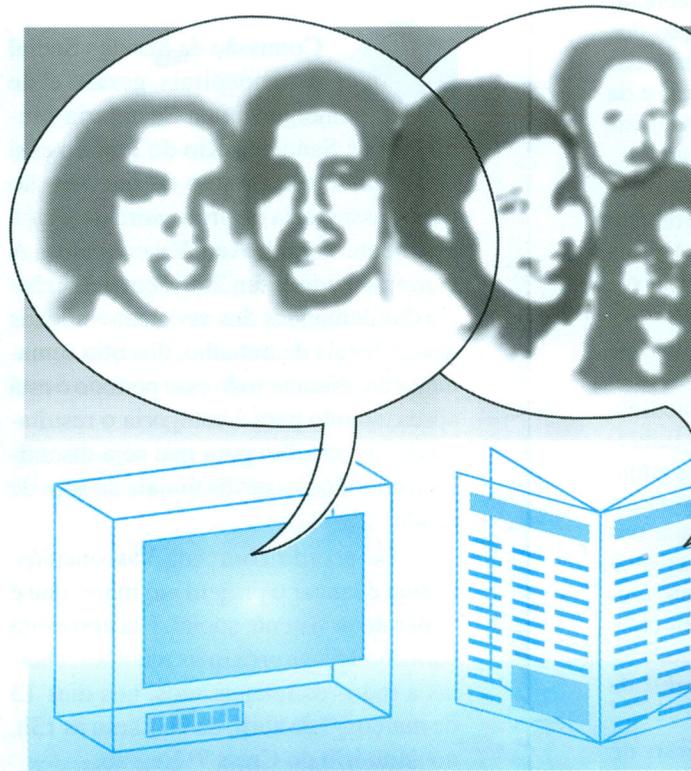
Profissionais de imprensa revelam que a imagem do assistente social ainda está ligada ao assistencialismo

fábrica distribuiu para os manifestantes um folder em que informava que o trabalho era higiênico entre outras asneiras. O objetivo era minimizar os conflitos que aqueles trabalhadores estavam tendo com o patrão. Essa imagem a perseguiu por muito tempo, declara. Mas hoje, felizmente, sua visão já não é a mesma, pois ela acredita que o Serviço Social, por conta de toda contribuição nas questões sociais, pode oferecer o material que a imprensa alternativa precisa. “A matéria-prima do movimento sindical é o trabalhador e suas dificuldades na luta por seus direitos”, diz.

A jornalista reconhece, no entanto, que mesmo a mídia alternativa ligada ao movimento social organizado ainda não conhece bem o potencial dos assistentes sociais e, na sua opinião, perde muito por não conhecer. Claudia admite que a imprensa sindical ainda é muito corporativa e vê o trabalhador como uma extensão da máquina e ele é muito mais do que isso. O trabalhador está inserido em um contexto social e é através desse “gancho” que o Serviço Social pode ser inserido nessa mídia. “A mudança de visão do assistente social ligado ao assistencialismo não vai ser automática. Terá que haver uma descoberta por parte da sociedade. E isso precisa ser muito bem trabalhado”, acredita.

Estratégia

O jornalista Radamés Vieira, que foi diretor de atendimento e responsá-



vel pelo setor jurídico, político e social do Programa Pensando em Você, da TVE, apostou na parceria com o Cress/RJ, em janeiro de 2001. Apesar de constatar que a visão assistencialista do Serviço Social ainda predomina entre os profissionais de imprensa, Radamés esclarece que, por vivências pessoais, ele não está inserido nesse contexto. Por isso mesmo, quando percebeu as demandas surgidas no “Pensando em Você” teve a ideia de entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e, logo depois, com o Conselho profissional dos assistentes sociais.

Na opinião de Radamés, que atualmente trabalha em outros programas da emissora, para o Serviço Social ganhar mais visibilidade é preciso haver um maior esclarecimento da profissão através de assessoria de imprensa e relações públicas e não só de propaganda. Ele sugere que essa estratégia seja montada através de uma política nacional articulada entre o Conselho Federal e os Regionais de Serviço Social. Para isso, é preciso montar um arsenal de

bons art...
pacidad...
tar assi...
prensa...
o desga...
ma de s...
tores”,...
Social p...
para ac...
deturpa...
O...
“Pensar...
assume...
sa não...
assiste...
pensam...
uma al...
categor...
fissão...
texto p...
sível au...
o Serv...
Frederi...
cial no...
visão as...
Serviço...
sistente...
as e co...



Serviço Social



noções de cidadania e apontando caminhos para assegurar direitos no setor público. Apesar disso, ele admite que a profissão não é reconhecida, nem valorizada.

Acabar com o estigma

O jornalista Jorge da Costa Machado, atual produtor executivo e responsável pela produção e atendimento do programa “Pensando em Você”, assim como Radamés, também por questões pessoais, já conhecia o trabalho do assistente social. Ele tomou contato com a profissão através de práticas solidárias de acompanhamento em hospitais. Mas o jornalista avalia que não há uma preocupação da mídia em explorar a área de Serviço Social porque, sinceramente, não sabe e não conhece o trabalho desses profissionais.

Uma das sugestões de Jorge para mudar esse quadro é elaborar um boletim ou outro material contendo as atribuições do assistente social, que possa ser repassado aos veículos de comunicação. Ele também diz que é fundamental que o assistente social esteja preparado para “ir para fora” e mostrar para a sociedade suas habilidades de técnico que encaminha e mostra direitos e acabar definitivamente com o estigma de bom-moço. O jornalista tem observado que quando surgem os espaços na mídia o assistente social se retrai.

Jorge diz que, depois da presença dos assistentes sociais através do Cress no programa, as demandas de cidadania aumentaram muito. Ele não tem dúvidas de que o assistente social é o profissional que tem o conhecimento, a habilidade e a prática, estando apto a atender essas demandas sociais e acoplar o encaminhamento correto. Ele destaca ainda que essa parceria com o Cress/RJ ajudou a esclarecer melhor o papel do Serviço Social não só para a sociedade, mas para a própria equipe do programa, que envolve advogados, jornalistas, câmeras-men, e demais profissões envolvidas no “Pensando em Você”.

bons artigos, mobilizar profissionais capacitados a dar entrevistas e possibilitar assim a atuação do assessor de imprensa. “Só assim será possível diminuir o desgaste profissional com este estigma de serem confundidos como benfeitores”, diz. Acrescenta que o Serviço Social precisa se mostrar como ciência para acabar de uma vez com a imagem deturpada do “bonzinho”.

O atual chefe de Reportagem do “Pensando em Você”, Frederico Roriz, assume que os profissionais de imprensa não só desconhecem o trabalho do assistente social, como alguns ainda pensam que “é coisa de mulher”, em uma alusão bastante preconceituosa à categoria. Há falta de divulgação da profissão, mas ele acredita que o atual contexto político e social favorece um possível aumento de espaço na mídia para o Serviço Social. De acordo com Frederico, a inserção do assistente social no programa ajudou a mudar essa visão assistencialista do profissional de Serviço Social. Hoje, ele vê como o assistente social pode levantar deficiências e conscientizar as pessoas, dando

Política de Comunicação

A vice-presidente do Cress 7ª Região, Mavi Pacheco Rodrigues, acredita ser preciso “Pegar a Comunicação como estratégia de visibilidade da profissão e amarrar a política de comunicação a todas as ações do Conselho”. Mas ela afirma que não se pode descontextualizar a má visão do Serviço Social pela imprensa do contexto político, social e econômico. “Vivemos um longo período de implantação de políticas neoliberais, que fecharam qualquer espaço para as questões sociais”, diz. Além disso, ela reforça que é necessário fazer uma avaliação da própria mídia, que atende a interesses burgueses e que não se interessa pela trajetória histórica de algumas profissões, entre elas o Serviço Social.

Mavi também discorda de que os assistentes sociais sejam corporativistas e enfatiza que a categoria produz para além das fronteiras do Serviço Social. Um exemplo disso, cita ela, é a publicação de livros jurídicos sobre a reforma da Previdência escritos por assistentes sociais.

O diretor do CFESS, Marcelo Braz Moraes dos Reis, que faz parte da

Comissão de Comunicação da entidade, afirma que essa matéria é importante e serve de termômetro para saber como outros profissionais estão vendo o Serviço Social. Ele adverte que a política de comunicação do conjunto CFESS/Cress não é meramente uma política de gestão, mas sim uma atividade fim do Conselho. Ele explica que a defesa do exercício profissional, sem dúvida, está ligada ao aumento da visibilidade do Serviço Social.

Marcelo faz parte do grupo que acredita que o momento político, com a chegada de Lula ao poder e a consequente valorização das questões sociais, pode abrir mais espaço para o Serviço Social na mídia. Ele adianta ainda que o CFESS está em processo de contratação de um assessor de imprensa, por avaliar que é possível obter progressos nesse contato com a mídia. O diretor do CFESS aproveita para elogiar o Cress 7ª Região, que tem estado na vanguarda no que tange à política de Comunicação. Ele destaca ainda a importância de se traçar estratégias no âmbito nacional para que a profissão ganhe mais visibilidade.

Convite

Para uma profissão que precisa dar uma visibilidade maior de suas ações para a sociedade, não é bom que a mídia ainda conserve esta imagem assistencialista. A presidente do Cress (RJ), Hilda Corrêa de Oliveira, lembra que afirmações como: “O Brasil precisa de Serviço Social”, “O Assistente Social constrói um país diferente” e “Um outro mundo é possível e absolutamente necessário”(usado no III Fórum Social Mundial) expressam o comportamento do profissional de hoje, mas ela alerta que, assim como a mídia, outros profissionais podem ainda ter uma visão equivocada da categoria. Por isso, ela acredita que são os próprios assistentes sociais, junto com o Conselho, que vão precisar priorizar e definir estratégias para dar visibilidade ao Serviço Social. Com esse objetivo, a diretoria convida todos os profissionais a darem sua contribuição. Além disso, o jornal Práxis vai dar prosseguimento a uma série de reportagens sobre como os diversos segmentos sociais percebem o assistente social.

Capacitação para profissionais da área da saúde

Com o objetivo de formar recursos humanos na área de saúde, com a capacidade de identificar, na sua prestação de serviços, as implicações das relações de gênero e suas hierarquias, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através do Programa de Estudos em Gênero, Geração e Etnia (PEGGE) do Departamento de Extensão da Faculdade de Serviço Social vai promover o VI Curso de Extensão em Gênero Saúde e Reprodução no dia 24 de março.

De acordo com a coordenadora do PEGGE, Dayse de Paula Marques da Silva e das organizadoras Andréa Gama e Eliana Pereira de Mendonça, outro objetivo é propor formas de intervenção no campo da saúde reprodutiva problematizando a formulação e implementação das políticas públicas.

A professora Dayse explica que o programa foi lançado em 1998, durante um evento acadêmico na universidade. Mas enfatiza que o PEGGE só ganhou visibilidade ao ser reconhecido oficialmente em 2002. Já o curso existe desde 2000 e surgiu como idéia das pesquisas que existiam dentro do programa, pois havia um interesse de congregar as pesquisas de todos os integrantes. Vale lembrar que a equipe que integra o PEGGE é multidisciplinar e conta com biólogo, sociólogo e outras profissões ligadas à área de saúde, além de assistentes sociais que são a maioria do grupo.

Segundo a assistente social e professora Andréa Gama, é preciso fornecer instrumentais técnicos/interventivos propondo projetos e ações que possam ajudar a diminuir as desigualdades sociais. Ela acredita que esse curso ajuda a ampliar o conceito de saúde e doença esclarecendo, por exemplo, que a saúde não é meramente orgânica, mas é também uma questão social e étnica. Andréa destaca que é através de projetos como esse é que se podem sistematizar uma resposta assistencial e identificar uma demanda social.

Doença da opressão

A assistente social e professora Eliana, que está engajada na luta das mulheres desde a década de 70, avalia ser necessário, cada vez mais, trazer essa



Integrantes do PEGGE avaliam que os projetos desenvolvidos no curso ajudam a identificar uma demanda social

“nova” perspectiva de gênero nas discussões sobre desigualdade no âmbito da saúde. Ela afirma que as mulheres, principalmente as que pertencem à classe social mais pobre, ainda sofrem muitas pressões da sociedade e acabam adoecendo por isso.

Eliana destaca ainda que o assistente social tem um papel fundamental nesse processo de intervenção, pois seu maior instrumento é a fala e, por isso, mesmo é preciso estar preparado e capacitado para o que ela chama de “quebrar o silêncio que existe no interior das pessoas”. Ela sempre lembra do exemplo de

um médico que não ouviu as particularidades da vida de sua paciente, que era uma mulher negra e pobre, se restringindo apenas a parte orgânica. Essa paciente, acostumada a ser oprimida, acreditou que sua doença não tinha tratamento. Foi a intervenção de Eliana, como assistente social, que ajudou a promover a cura da paciente.

Dayse alerta que as discussões de gênero, geração (estudo dos ciclos da vida como climatério, envelhecimento e sexualidade) e etnia ainda são consideradas questões menores, mas ela avalia que são muito importantes para garantir

às mais variadas classes sociais o acesso aos recursos públicos. Já há propostas para montar um projeto para intervenção no local de trabalho. “É preciso levar debates e palestras sobre esses temas para dentro do próprio local de trabalho do profissional da área de saúde”, diz a coordenadora.

Apesar de reconhecer que, de uns dez anos para cá, a discussão sobre os temas ligados ao PEGGE aumentou nas unidades de ensino, Dayse ressalta que ainda é uma discussão nova e que apresenta uma grande lacuna a ser preenchida, como o estímulo à participação dos homens na prevenção da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis e da não relativização das funções reprodutivas das mulheres na sociedade entre outras.

O Curso de extensão tem como meta introduzir elementos que tenham faltado na formação curricular normal. As três entrevistadas acreditam que qualquer profissional de saúde vai ter a oportunidade de enriquecer seus conhecimentos nas construções sociais de gênero nessa área.

Embora as iniciativas existentes, atualmente, garantam um espaço fundamental de reflexão e práticas no campo da saúde reprodutiva e tenham como vantagem uma proposta fundamentada nas equipes multidisciplinares, Andréa Gama admite que as discussões de gênero ainda não são hegemônicas, mas tem crescido. Na opinião da professora, esses temas precisam ganhar mais visibilidade para serem melhor absorvidos.

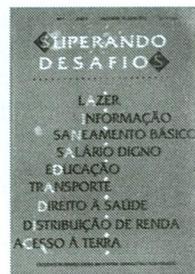
Andréa lembra que o curso de capacitação já permitiu que médicos e assistentes sociais desenvolvessem seus projetos nas instituições em que trabalham. Esses profissionais deram um retorno positivo para o PEGGE, ao confirmarem a melhora na qualidade do serviço após a implementação do projeto.

Vale lembrar que as inscrições para o IV Curso de Extensão em Gênero, Saúde e Reprodução são gratuitas e o prazo termina dia 19 de março. A duração é de 24 de março a 14 de julho com aulas às segundas-feiras de 14h às 18h. Mais detalhes podem ser obtidos pelo telefone 2587 7490.

PUBLICAÇÕES À VENDA NO GRESS



▶ **Assistente Social: ética e direitos, 4ª edição**
R\$ 13,00



▶ **Superando Desafios**
R\$ 11,00



▶ **Código de Ética do Assistente Social**
Lei 8662/93 - R\$ 4,00



▶ **Política de Assistência - Cadernos ABONG**
R\$ 3,00

▶ **Caderno de Resumos do CBAS** R\$7,00

▶ **Kit com o Caderno de Resumos do CBAS, camiseta e bolsa** - R\$ 15,00

▶ **Revista Inscrita**
R\$ 10,00

O Adolescente e o Ato Infracional

Nivia Carla Ricardo da Silva*

A política do Estado brasileiro, direcionada ao adolescente, autor de ato infracional, foi baseada em um processo histórico de institucionalização desse segmento social. A “solução” apresentada seria a internação, isto é, os jovens, tutelados pelo Estado, e afastados do convívio social; experiência, que de acordo com diversos estudos, bem como mostra-se na prática, não possibilita resultados satisfatórios. Analisando-se os atos infracionais, cometidos por adolescentes, no ano de 2000, do conjunto, encontram-se, em primeiro lugar, os atos infracionais contra o patrimônio (40,57%), seguido da infração de entorpecentes (29,38%), contra a pessoa (14,50%), contravenções (6,68%) e contra os costumes (0,11%) entre outros. Os dados são da 2ª Vara da Infância e Juventude-RJ. Esses atos infracionais não chegam a 15 %, dos atos praticados com violência, ou grave ameaça à pessoa. No entanto, é expressivo o número de adolescentes internados por prática de atos contra o patrimônio e o envolvimento com entorpecentes. É necessário evitar-se o uso exclusivo da medida de privação de liberdade a adolescentes que não cometeram atos infracionais, com violência ou grave ameaça à pessoa. Esses adolescentes, na maioria dos casos possuem um histórico cumulativo de abandono, pobreza e exclusão. Seria a medida de internação a mais indicada, ou seria coerente oferecer-lhes oportunidades, para que não voltassem a praticar atos infracionais?

Liberdade assistida

A medida de liberdade assistida (LA) representa uma oportunidade de proteção integral ao adolescente, quando acrescido o aspecto preventivo, propiciando a este adolescente condições para que ele estabeleça um padrão de conduta e um projeto de vida, de ruptura com a prática de atos infracionais. No Estado do Rio de Janeiro, o órgão responsável pela execução das medidas sócio-educativas é o Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (DEGASE). Mas temos, ainda, a medida sócio-educativa de liberdade assistida sendo executada no âmbito do Poder Judiciário, isto é, na 2ª Vara da Infância e Juventude (2ª VIJ/RJ),



Comarca da Capital, encarregada de agir sobre os casos de jovens autores de ato infracionais. Minha dissertação de Mestrado em Serviço Social, sob o título “Medida Sócio-Educativa de Liberdade Assistida no pólo de Atendimento da 2ª Vara da Infância e Juventude: adolescentes, familiares e profissionais” buscou valorizar a expressão daqueles que são sujeitos desta medida: os adolescentes e seus familiares, assim como diversos profissionais implicados no processo de execução da medida de liberdade assistida nesta vara.

Afinal, quem são os adolescentes em liberdade assistida entrevistados nesta pesquisa? A resposta encontrada não difere das diversas pesquisas realizadas sobre o perfil de adolescentes em conflito com a lei. A maioria dos adolescentes é do sexo masculino, negro, ou mestiço, pobre e morador de favela, ou comunidade pobre, cujo atos cometidos não são caracterizados como de grave ameaça à vida ou à pessoa. Nesta Vara, parte significativa dos adolescentes apresenta a primeira passagem na Justiça. Os adolescentes entrevistados apresentam pouco conhecimento do conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas sabem distinguir o aspecto humano do desumano, e explicitam todos os momentos em que foram submetidos às diversas formas de violência, desde sua

apreensão, ao atendimento da liberdade assistida. A demanda principal dos adolescentes entrevistados é por “trabalho”, e, em segundo lugar, pela inclusão na escola. Como visto, estes necessitam trabalhar, por causa do alto índice de desemprego e subemprego que assola suas famílias ou responsáveis. Os adolescentes também querem estudar, e clamam por uma escola de qualidade. Eles também denunciam a presença do tráfico de drogas dentro das escolas, o que às vezes, os impedem de estudar, perto de seu local de moradia, isto é, são ameaçados de morte por facções do tráfico rival à localidade onde residem. Alguns adolescentes relataram que os diretores de escolas, ao verem o documento de encaminhamento da 2ª VIJ/RJ expressaram que “na escola deles não estuda marginal”. Enfatizam, ainda, como são discriminados dentro das escolas, pois são apontados como suspeitos, de “tudo de errado” que acontece ali.

Dinheiro por proteção

Foi observado, por meio desta pesquisa, a passagem de adolescentes, pertencente à classe média/alta cometendo os mesmos atos infracionais que os de adolescentes pobres, mas deve-se considerar outros fatores nesta reflexão. O baixo índice de passagem de adolescentes da classe média/alta não significa que

esses tenham menos envolvimento com atos infracionais. Os próprios adolescentes falaram, “que os policiais”, no momento da apreensão, demandam dinheiro em troca da liberdade, e que aqueles que pagam, são soltos de imediato; claro que são aqueles, com poder aquisitivo maior, que pagam por sua liberdade. E assim, os filhos da classe média/alta são protegidos, da marca da passagem pela 2ª VIJ/RJ.

Vale chamar a atenção para a questão do estigma que o ECA buscou

romper. Apesar dos esforços, “adolescente infrator” continua sendo aquele menino pobre, negro, e que sofre as mesmas discriminações do antes denominado “menor”, “delinquente”, “marginal”. No atendimento destinado aos adolescentes é possível detectar o oferecimento de um aparato institucional de baixa qualidade, e imbuído de ações punitivas, acoplado a uma política social pública ineficiente. Não cabe à liberdade assistida, suprir necessidades que deveriam ser contempladas, via políticas sociais públicas, mas viabilizar o acesso às mesmas. A liberdade assistida, no cumprimento de suas finalidades legais de promoção social, escolarização, profissionalização, saúde e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, necessita da efetivação dos direitos sociais. É necessário um aparato estrutural que atenda os adolescentes. Como foi visto, o ECA significou um avanço, no que tange aos direitos da criança e do adolescente, porém é preciso fortalecer as ações no sentido de sua viabilização efetiva. É preciso que todas as instâncias cumpram com suas responsabilidades, frente à política, voltada para crianças e adolescentes.

*Assistente social e integrante da Comissão da Criança e do Adolescente do Cress 7ª Região

Participantes do FSM reafirmam que um novo rumo para o mundo é possível

Mais uma vez Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, parou para sediar o III Fórum Social Mundial e receber cerca de cem mil participantes entre delegados, observadores, profissionais de imprensa e ativistas de 135 países entre os dias 23 e 28 de janeiro. Foram cerca de 1.200 oficinas, além dos atos, seminários e reuniões paralelas que aconteceram período, como por exemplo, o Portal da Cut que contou com a participação de sindicalistas do mundo inteiro. Manifestações e mobilizações dos mais diferentes grupos sociais fizeram parte do evento.

O Fórum é um espaço aberto de encontro para a reflexão, o debate democrático de idéias, denúncias, a formulação de propostas, a troca de experiências e a articulação para ações de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e estão empenhadas na construção de uma sociedade centrada no ser humano.

Visibilidade para o Serviço Social

O FSM se propõe a discutir alternativas para construir uma sociedade solidária, que respeite os direitos humanos universais, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos. Como a proposta do Fórum tem vários pontos comuns com o projeto ético-político dos assistentes sociais, era fundamental que representantes do Serviço Social estivessem presentes. O Cress 7ª Região participou com dois delegados: a diretora Rosely Reis Lorenzato e o assessor de diretoria Jefferson Lee de Souza Ruiz. O CFESS enviou delegados e montou um estande, o que contribuiu muito para aumentar a visibilidade da categoria.

Marcha contra guerra

De acordo com Rosely, que ficou impressionada com o tamanho da delegação dos EUA (a maior estrangeira), um dos momentos que mereceu destaque no FSM foi a marcha, contra a militarização e a guerra, que o presidente norte-americano insiste em fazer contra o Iraque, realizada logo no primeiro dia. Outro destaque foi o seminário “Os movimentos sociais e o posicionamento do atual governo” em que o presidente do PT e do PC do B se posicionaram a favor da paz mundial e contra a Alca (Área de

O Fórum reuniu as mais diferentes manifestações de lutas locais de diversos seguimentos sociais. O estande do CFESS foi muito visitado e aumentou a visibilidade da profissão



FOTO: ARQUIVO CRESS/RJ



FOTO: FERNANDA TRAMONTIM



FOTO: ARQUIVO CRESS/RJ

Livre Comércio das Américas), enfatizando que a política a ser adotada pelo atual governo do país será a de respeitar a autonomia dos movimentos sociais, mantendo um canal de comunicação constante com esse segmento.

A diretora do Cress também destaca a conferência sobre “Lacunas e Tensões entre movimentos sociais, partidos políticos e instituições políticas”. Nesse momento foi exibido no telão o discurso de Lula em Davos e o estádio Gigantinho veio abaixo ao som de “Olê-olê-olê-olá-Lula” inclusive entoado por delegações estrangeiras.

Rosely se sente gratificada por ter participado do Fórum e ressalta com orgulho sua participação nas reuniões do conjunto CFESS/Cress e da passeata em que os assistentes sociais distribuíram folders e adesivos com a inscrição “Um novo mundo é possível e absolutamente necessário”. Ela diz ainda que o grupo chamou a atenção devido ao banner “Desigualdade se combate com direitos”. Ela esteve presente em várias atividades ligadas ao CFESS e de interesse da categoria. Entre elas o II Seminário de Políticas Sociais e o Seminário

Internacional sobre Relações Interdisciplinares na Equipe de Saúde. Nesse momento houve uma manifestação contra o ato médico, com a assinatura de várias entidades representantes dos profissionais de saúde.

Luta Social e Política

Jefferson apresentou um relatório detalhado de sua participação no FSM para a diretoria. Enfatizou a importância da experiência positiva de participar de um evento como esse e comentou: “a gente volta empolgado, acreditando realmente na possibilidade de um mundo diferente”. Ele destacou a passeata de abertura multi-cultural, racial, imensa e colorida e a conferência “Contra a militarização e a guerra”. Ele se mostrou impressionado com o simbolismo e o impacto da vitória de Lula e do PT na lutas sociais de outros países, o que ficou explícito na fala de Medea Benjamin, uma norte-americana representante de uma Ong. Para ele ficou claro que os outros países querem um partido que possa disputar um modelo de sociedade, unindo luta social e luta política. “A experiência do PT e do MST leva otimis-

mo e inspira os movimentos sociais de todo o mundo”, acredita Jefferson.

O assessor também ressaltou a palestra de Aleida Guevara, filha do revolucionário Che, que fez uma defesa firme da revolução cubana e avaliou o momento político atual de Cuba. Mas Jefferson priorizou sua participação nos temas ligados a políticas públicas e tentou participar do máximo de atividades possível. Entre elas acompanhou o painel “Novas Dimensões do Estado Democrático”, no entanto, saiu com a sensação de que todas as falas se restringiram muito ao conceitual e não avançaram. A

mesma sensação aconteceu no debate “Pelo Pleno Acesso aos Direitos a Educação, Saúde, Habitação e Seguridade Social”. Em sua opinião, faltaram representantes do Serviço Social para falar desse tema, pois é o profissional mais indicado para contribuir apontando alternativas concretas, já que trabalha diretamente com esse assunto em seu cotidiano.

Defesa das Políticas Públicas

“A tendência é que o Fórum seja mais propositivo, com indicações de posições e encaminhamentos mais concretos”. Com isso, acredita Jefferson, o desafio se torna maior e conseqüentemente o papel do Serviço Social aumenta, já que são profissionais com capacitação para interferir e apontar ações. Na opinião do assessor, o mundo diferente não pode ser visto só do ponto de vista econômico e político. É preciso que as ações se desdobrem no cotidiano das pessoas e, para isso, é fundamental a defesa das políticas públicas. “Não basta saber que é preciso ter direito e o FSM é um caminho para saber como implementar a universalização desses direitos”, conclui.

O próximo Fórum será na Índia e possivelmente não acontecerá ao mesmo tempo em que o de Davos. Jefferson salienta que o impacto político e de esperança que o FSM apresenta reforça a idéia de que é fundamental que ele seja realizado em vários continentes para revigorar todas as lutas locais. Apesar da distância, os delegados do Cress recomendam a participação de todos nesses fóruns, pois a gama de informação adquirida é imensa.